

Identidade europeia e crise económica

Fatores da Identidade europeia dos jovens portugueses em 2010 e
2017

Joana Inês Prata Santa Maria

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

Doutor José Santana Pereira, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado é o resultado do apoio e incentivo de várias pessoas que tornaram possível atingir esta meta.

O meu primeiro agradecimento é endereçado ao meu orientador, Professor Doutor Santana Pereira, por toda a exigência, paciência, tempo e dedicação.

Quero agradecer especialmente aos meus pais e irmão pela paciência que tiveram ao longo destes meses e incentivo constante, pelas horas em que houve menos motivação e pelas quais estou grata de os ter por perto para me apoiarem.

Um especial agradecimento à minha amiga Fábria Nascimento, por todas as horas em que trabalhámos juntas e nos apoiámos quando não víamos as soluções; por todas as sugestões e ajuda. E ao meu amigo Pedro Pinto, cujo contributo foi crucial.

Por fim, agradecer aos restantes elementos da minha família pela constante preocupação e orgulho do fim desta etapa da minha vida académica.

Resumo

Os múltiplos mecanismos de aproximação e consolidação do sentimento de identificação com a Europa e a União Europeia adquiriram uma forte expressão nos jovens europeus, sendo muitos os que não conhecem um modo de vida que não se encontre associado à arquitetura política da comunidade europeia.

A presente investigação procurou examinar quais os fatores que influenciam o sentimento de identificação europeia nos jovens portugueses. A identificação desses fatores é acompanhada de um exercício de comparação, num balizamento cronológico de sete anos, das variáveis selecionadas na análise do objeto de estudo escolhido para esta dissertação.

Pretendeu-se analisar de que forma são alterados os fatores que influenciam a identificação emocional e os conhecimentos que os jovens portugueses têm acerca dos seus direitos enquanto cidadãos europeus

Se é certo que o contacto entre os cidadãos europeus pode potenciar o sentimento de pertença à União Europeia, não são todas as formas de contacto que efetivamente estão associadas ao mesmo. Os resultados da investigação revelam que os fatores que determinam o sentimento de identificação europeia dos jovens portugueses são a direção atual da União Europeia, a classe social e ver televisão noutra língua que não a materna.

Palavras-chave: Identidade Europeia, União Europeia, Jovens Portugueses, Fatores Identitários.

Abstract

Several mechanisms that bring together and consolidate the sense of identification with Europe and the European Union have established a strong manifestation in young Europeans, many of them do not resign, or even has knowledge of a way of life that is not related with the political architecture of the European Community.

The present investigation seeks to examine which factors influence the feeling of European identification in young Portuguese. The identification of these factors is accompanied by a permanent exercise of contrast, complementation and follow-up of the path, in a chronological landmark of seven years, of the variables selected in the analysis of the object of study chosen for this dissertation.

It was intended to analyse how factors change and influence knowledge and emotional identification of Portuguese youngsters have about their rights as European citizens.

If it could be assumed that contact factors are the ones whose more influence have on the sense of belonging to the European Union, afterwards not all forms of contact are associate to it. The results obtained show that the main factors which determine the European identification feeling of Portuguese youngsters are the present direction of European Union, social class and watch TV in another language.

Keywords: European Identity, European Union, Portuguese Youngsters, Identity Factors.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de Tabelas	v
Capítulo 1 - Introdução.....	6
Capítulo 2 – Revisão de Literatura	8
2.1. Identidade europeia – definições e teorias.....	8
2.1.1. Identidade nacional e identidade europeia.....	9
2.2. Estudos empíricos sobre os fatores explicativos da identidade europeia	11
2.3. Estudos empíricos sobre a identidade europeia nos jovens.....	15
2.3.1. A formação da identidade europeia na adolescência.....	15
2.3.2. Mobilidade e identidade europeia.....	17
2.4. A identificação dos jovens portugueses com a Europa	20
Capítulo 3 – Metodologia	22
3.1. Desenho da Investigação	22
3.2. Amostra	22
3.3. Hipóteses	23
3.4. Variáveis.....	25
3.5. Análise dos dados	29
Capítulo 4 – Resultados: análise e discussão.....	31
4.1. Apresentação e discussão dos resultados.....	31
4.2. Teste das hipóteses	33
Bibliografia.....	38

Índice de Tabelas

Tabela 3.1. Operacionalização de variáveis	26
Tabela 4.1. Coeficientes para a variável dependente “Sente-se europeu”, 2010 e 2017	31
Tabela 4. 2. Coeficientes para a variável dependente “Conhece os seus direitos enquanto cidadão da União Europeia”, 2010 e 2017	32

Capítulo 1 - Introdução

O caminho sinuoso trilhado pelo Velho Continente após o ano de 1945, incluindo transfigurações sociais, culturais e políticas decisivas no período contemporâneo, culminou no projeto comumente conhecido como União Europeia. A consolidação política do projeto europeu torna-se evidente na primeira expressão da identidade europeia coexistente com identidade nacional, quando surgiram sucessivos alargamentos e se fortaleceram alianças primeiramente económicas e mais tarde políticas e sociais entre os Estados-Membros. Os cidadãos europeus passaram a reconhecer que faziam parte de um todo que transcendia as próprias fronteiras da sua nação.

Pode afirmar-se que a expressão inicial do que atualmente se conhece como União Europeia se afirmou com a resolução das divergências históricas vividas até meados do século XX. Foi fundada a CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que possibilitou a cooperação económica e política e, conseqüentemente, a paz entre os seus membros. Em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, foi implementada a primeira forma de Mercado Comum, a Comunidade Económica Europeia (CEE).

As sucessivas conjunturas políticas do continente europeu afiguraram-se vantajosas à inclusão de novas perspetivas políticas e sociais a uma aliança incipientemente económica. O novo capítulo iniciado criou condições favoráveis à manutenção sustentada de futuros alargamentos. Estavam reunidas as condições favoráveis à partilha de uma identidade comum que se materializou numa parceria entre os Estados Membros, denominada União Europeia.

Para o sucesso desta identificação supranacional muito contribuiu a edificação de pilares ambiciosos, dos quais se destaca o espaço Schengen. O surgimento e a acentuação da identidade europeia foram acompanhados de múltiplos símbolos, como a bandeira, o hino e instituições europeias descentralizadas em diversos Estados-Membros. Ainda que divergências, e até algum antagonismo progressivo, entre os vinte e oito Estados-membros possa constituir um fator de afastamento entre os cidadãos, é certo que a existência de elementos e de eventos comuns tem permitido uma crescente consciencialização de pertença a um espaço maior do que o nacional, e uma identificação com os demais cidadãos que partilham os mesmos direitos.

Também em Portugal o ingresso na CEE significou a introdução de uma identidade supranacional no quadro de referências dos cidadãos portugueses. O novo trajeto de democratização possibilitou a expressão de uma organização social favorável e

em consonância com o espaço europeu. A introdução de temáticas de carácter supranacional tornou imperativa a presença europeia nos diferentes setores de funcionamento do Estado português.

Começou a expressar-se uma crescente preocupação com o contacto europeu nos mais diversos setores: a educação, que passou a contemplar temáticas europeias possibilitando uma sensibilização das camadas jovens para a complexidade dos assuntos internacionais, a aprendizagem de idiomas europeus e o contacto direto com estudantes de outras nacionalidades; a dimensão política, nomeadamente os programas legislativos atentos à Europa que começaram a incluir a necessidade de, pela primeira vez, introduzir na participação política do eleitorado a escolha de um representante nacional nas instituições europeias. Em termos económicos, o estímulo proveniente dos sucessivos apoios, traduzido em subsídios oriundos das instituições europeias que permitiu uma maior sintonia entre a economia nacional e as economias dos restantes Estados-Membros. Pode ainda destacar-se a maior proximidade entre os cidadãos através da livre circulação no espaço Schengen, do maior fluxo de informação veiculado pelos órgãos de comunicação social e a maior facilidade de compra de produtos e serviços provenientes de outros países europeus.

A conjugação dos diversos fatores acima mencionados terá tido impacto na imagem e na identificação com a própria União Europeia, sendo o foco de interesse do presente estudo os cidadãos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos: os cidadãos europeus do futuro. Assim, pretende-se apurar quais os fatores que determinam a (in)existência de identidade europeia nos jovens portugueses.

A estrutura da presente dissertação é a seguinte: primeiramente, uma revisão de literatura, na qual são abordados temas fulcrais para o entendimento da temática. Após a revisão da literatura, é especificada a metodologia adequada à análise que se pretende realizar, bem como a dar suporte às hipóteses testadas. Posteriormente serão apresentados os dados recolhidos e consequente análise, com o intuito de responder à questão de investigação. Por fim, serão apresentadas as conclusões referentes ao estudo desenvolvido.

Capítulo 2 – Revisão de Literatura

2.1. Identidade europeia – definições e teorias

A União Europeia é constituída por vinte e oito Estados Membros que partilham diversos direitos, crenças, padrões e características que os distinguem dos demais países. Com o alargamento da União Europeia foram adaptados e moldados os requisitos de adesão (Medrano, 2008, *apud* Checkel & Katzenstein, 2009). Paralelamente a este processo económico e político, o projeto europeu implicou a construção de uma identidade própria (Castiglione, 2009, *apud* Checkel & Katzenstein, 2009). Ainda que a génese da União Europeia tivesse por base pressupostos económicos e uma conciliação política, a possibilidade de circulação de pessoas e bens no espaço europeu potenciou a politização do sentimento de identificação europeia, desenvolvendo um sentido de lealdade e comunicação dos indivíduos (Checkel & Katzenstein, 2009). Seguiu-se a aceleração de uma identidade política e social paralela e não conflituosa com os tradicionais instrumentos de aculturação nacional.

A definição de identidade engloba processos individuais de autoconhecimento, bem como experiências coletivas que resultam de processos de negociação e construção social (Ribeiro, 2011: 38). No espaço europeu, este processo assume um carácter multifacetado, sendo caracterizado por uma mescla cultural transversal aos vários Estados-Membros (Ribeiro, 2011). Ainda que a identidade não se circunscreva a referências imutáveis, é o conjunto de características partilhadas pelos cidadãos dos membros da União Europeia que lhes atribui um carácter distintivo dos demais.

A discussão das questões em torno da identidade política europeia, enquanto complexo de referências que, na ótica de Medrano (2008), remete para um percurso incerto exponenciado pela crise institucional europeia, pressupõe que a diversidade cultural vigore no espaço europeu. De acordo com este cenário, o autor identifica uma cedência do sentimento de identidade europeia em resultado da ausência de uma postura firme dos governos nacionais e da própria gestão europeia. O autor propõe a análise da relação recíproca entre a esfera pública e a identidade política com vista a interpretar os fenómenos sociais que determinam o processo de integração e identificação. Os dados analisados revelam que é pouco frequente interpretar-se a União Europeia no plano cultural, devido à ausência de um esclarecimento conciso dos valores defendidos pela mesma.

Scheuer e (1995) e Deutsch (1957) reiteram a argumentação de Medrano (2008): a identidade europeia carece de definição e expressa-se de forma ambígua relativamente ao funcionamento da comunidade. Segundo Deutsch (1957), verifica-se uma simpatia volátil e dependente de fatores históricos comuns, e não de uma estruturação consistente e duradoura. Contudo, ambas as investigações empíricas seguem rumos distintos. Scheuer (1995) responde às complexas questões levantadas por Deutsch (1957) e Medrano (2008), ao afirmar que o crescimento da comunidade europeia depende da habilidade complementada de resolução das conjunturas desfavoráveis que se interpõem no percurso do projeto europeu.

2.1.1. Identidade nacional e identidade europeia

O debate acerca dos limites da identidade nacional e da identidade europeia tem vindo a revelar contornos renovados após o alargamento da União Europeia e na tentativa de homogeneização do espaço europeu. Este argumento é sustentado e debatido com a caracterização da comunidade europeia e definição de um coletivo de cidadãos munidos de um sentimento de pertença associado.

Risse (2003) apresenta um conjunto de premissas que suporta a ausência de coerência dos aspetos culturais e políticos. Embora a União Europeia componha uma comunidade, os Estados-Membros ainda necessitam de uma consonância que disponha uma posição uniforme nas diversas frentes. Apesar de as normas europeias gerarem, esporadicamente, desentendimentos com as políticas domésticas, as autoridades nacionais continuam a prevalecer. É no seguimento deste raciocínio que Risse afirma que “enquanto a lei europeia sobre o território surtir efeitos diretos e se sobrepuser à lei nacional, a União Europeia não implementa regras e regulações, substituindo-se as autoridades nacionais e subnacionais. (...) os discursos das elites na maior parte dos Estados-Membros sobre a própria União são ambivalentes no que respeita a valores partilhados e destino comum” (Risse, 2003: 16).

À semelhança de Risse (2003), outros autores têm dificuldade em associar a identidade nacional e o contexto europeu. Os contributos de Fligstein, Polyakova e Sandholtz (2012) revelam que a crescente cooperação não correspondeu ao crescimento do apoio à União Europeia. A identidade política europeia também carece de consistência. Os autores concluíram que cerca de 46% dos europeus se identificam apenas como

detentores da identidade nacional e uma parte substancial dos cidadãos não se caracteriza como europeu. Estes dados equacionam a questão do quão profundo e presente é o debate identitário. Se, por um lado, os autores afirmam que a identidade nacional está associada ao desempenho da democracia no próprio país, da mesma forma interpretam o projeto europeu na vertente de um mercado unificado para bens, serviços, capital, trabalho e zona euro e, deste modo a forma como os cidadãos se definem enquanto europeus exerce repercussões sobre o desempenho do próprio projeto europeu. (Fligstein, Polyakova, & Sandholtz, 2012).

A identidade europeia assume um carácter mais politizado que a identidade nacional. Strath (2002) sustenta este argumento com a afirmação de que a identidade europeia se estabelece na Comissão Europeia em 1973 (Strath, 2002: 388). O autor recorre a fatores históricos que definiram as diferentes etapas de formação da União Europeia e, baseando-se nesse entendimento, associa a promoção do sentimento identitário europeu com uma identidade política europeia mais intencional desde 1980 (Strath, 2002: 390).

Independentemente do carácter que possa assumir a identidade, nacional ou europeia, Jacobs e Maier (1998) recorrem ao enquadramento histórico da emergência da União Europeia na tentativa de definir as fronteiras entre os dois tipos de identidade e a forma como estas se expressam. Segundo os autores, a identidade nacional pode associar-se às políticas linguísticas promovidas nos Estados-Membros, ao papel dos media e da escolaridade enquanto agentes ativos da promoção dos símbolos nacionais. Quanto à identidade europeia, os autores vêm a promoção da consciencialização europeia como um objetivo político crucial. O sentimento de pertença europeu é observado como um fator inevitável para uma transformação de sucesso da Comunidade Económica Europeia e numa união política supranacional genuína (Jacobs & Maier, 1998: 17-18).

Partindo destas propostas de definição, os autores propõem que a criação efetiva de elementos identitários supranacionais decorre da tentativa de construção de uma cultura comum, definida enquanto identidade europeia num molde semelhante ao da construção das identidades nacionais; um sistema supranacional criado para garantir que os europeus usufruam de direitos básicos; e a introdução de uma nova forma de cidadania supranacional, onde se transpõe o direito ao livre-trânsito entre os Estados-Membros, direito ao acesso à participação política - eleições europeias - e o apoio fora da União Europeia através de serviço diplomático. Deste modo, a identificação com o projeto europeu permanece marginal, mas simultaneamente as fronteiras entre o “nós” e o “eles”

desenham-se entre os nativos e imigrantes de outros países europeus e face a imigrantes de países fora do solo europeu (Jacobs & Maier, 1998: 19-20).

O debate acerca dos limites identitários assume um carácter mais subjetivo na ótica de Smith (1992) quando este afirma que, a perceção subjetiva e o entendimento do passado comum, por cada geração de uma unidade cultural, é um elemento definidor do conceito de identidade (Smith, 1992: 58). Quando lidamos com memórias partilhadas, tradições ou valores, são adotados diferentes significados para as diferentes comunidades no espaço que designamos de Europa. O autor levanta a questão: “O que há de comum entre os europeus?”. De facto, os europeus diferenciam-se entre si em relação à língua, território, leis, religião, economia e sistema político (Smith, 1992: 70).

Contrariamente à interpretação de Smith (1992), Walkenhorst (2008) entende a identidade europeia como um instrumento politicamente flexível. Histórica e culturalmente, a identidade europeia refere-se ao passado compreendido como comum, com valores e raízes partilhados; socialmente, a identidade europeia reivindica as reflexões das aspirações políticas de forma a fomentar a ligação dos indivíduos ao processo de integração a longo-prazo e à necessidade da solidariedade comunitária; e politicamente assume uma forte conotação na agenda atual (Walkenhorst, 2008: 4).

Para o autor, a competição que existe entre os símbolos nacionais e europeus não é um debate novo. Ainda que o interprete de uma forma menos estanque, este considera que não existe uma vontade política expressa para efetivamente homogeneizar os cidadãos europeus e criar um supranacionalismo cultural e político (Walkenhorst, H., 2008: 13). “O que falta?”, pergunta o autor. Na sua opinião falta um mandato político dos Estados-Membros que recuse ceder poder político em áreas sensíveis como a cultura, os media e a educação. E falta a criação de uma nova versão da identidade genuína, através da qual a União Europeia precisaria de ter controlo pelo menos no que respeita aos instrumentos de formação de políticas e à sua implementação nas áreas correspondentes (Walkenhorst, H., 2008: 14).

2.2. Estudos empíricos sobre os fatores explicativos da identidade europeia

Inglehart (1970) discute o conceito de mobilização cognitiva enquanto processo que aumenta a capacidade do indivíduo de receber e interpretar mensagens relacionadas com uma comunidade política remota. Todavia, a mobilização cognitiva *per si* não é

suficiente para o reforço da identidade europeia, necessitando de uma disseminação eficiente dos valores em que assenta a UE. Como exemplo, o autor evoca o elevado nível de mobilização dos cidadãos britânicos, que se revela insuficiente na agregação da identidade europeia à referência nacional. Por outro lado, a internacionalização dos valores europeus bem-sucedida em França e na Alemanha potenciou uma identificação eficaz com a Europa.

Eichenberg & Dalton (2009) destacam a emergência da opinião pública enquanto ponto de referência no desenvolvimento sustentável do projeto europeu. Esta perspetiva baseia-se na necessidade de reconhecimento da existência do espaço Schengen e, sobretudo, na transformação económica e monetária para um quadro de referência internacional. O grande desafio identificado reside no défice democrático das instituições europeias, que afeta diretamente a representatividade de cada Estado junto da UE. Os autores também destacam o contraste entre as normas europeias e os costumes nacionais como uma expressão de ceticismo por parte dos recetores.

Neste cenário, os autores reconhecem uma maior ambivalência na receptividade das políticas comunitárias. De acordo com os dados apurados, concluíram que os cidadãos britânicos e dinamarqueses, na sua condição de não fundadores da UE, não percecionam a sua integração enquanto fator preponderante face aos interesses nacionais. Os resultados obtidos ilustram uma descoordenação entre as normas europeias e a política nacional, acrescida de uma passividade e até algum agravamento dos problemas estruturais impostos pela concretização dos processos de adesão.

Bruter (2003) debruça-se sobre uma perspetiva maioritariamente vocacionada para o papel exercido pela comunicação social. O autor desenvolve a sua análise sobre o processo cumulativo de construção e reforço da identificação europeia, fortemente dependente do teor informativo relacionado com as falhas e os êxitos da UE. Em suma, o autor reconhece uma mediação do impacto das políticas supranacionais sobre a imagem transparecida para os Estados-Membros, que exerce consequências diretas na inclinação da opinião pública perante o projeto europeu.

No seguimento de Eichenberg & Dalton (2009) e Bruter (2003), Carporaso & Kim (2008) atribuem a capacidade de decisão e de resolução de problemas das instituições supranacionais ao reforço do sentimento de identificação europeia. Essa capacidade deverá ser transversal a um conjunto específico de fatores que incluem variáveis distintas tais como as questões ambientais, crescimento sustentado da economia ou a inclusão não conflituosa de novos Estados-Membros. A inconsistência do argumento

anterior não diminui com a recolha de dados, em que os inquiridos se revelam capazes de distinguir sentimentos de identificação e ligação desde o nível da tomada de decisão até a uma postura otimista de apoio à integração (Caporaso, & Kim, 2008: 39).

Garib (2011) defende que as variáveis anteriormente descritas são insuficientes enquanto indicadores de reforço da identidade europeia. Os dados apurados pela autora revelam que as variáveis políticas perderam relevância em detrimento de fatores sociais na conceção da identidade europeia. Realidades tais como a satisfação com a UE, a perceção dos benefícios da integração no projeto europeu ou a conciliação entre o orgulho nacional e a identificação com os símbolos europeus, complementam as ideias acima expostas, nomeadamente o argumento do défice democrático, o impacto mediático da comunicação social e a capacidade de decisão política das instituições europeias.

A União Europeia é povoada por cidadãos pertencentes a realidades distintas que são arbitradas por condicionantes económicas, sociais e políticas totalmente distintas. Nesse sentido, Roeder (2011) reconhece a existência de uma assimetria muito acentuada em relação à identificação com o projeto europeu. Conforme referido anteriormente, os países fundadores da comunidade europeia verificam, maioritariamente, uma identificação mais consolidada com os valores europeus. Por outro lado, os países que entraram posteriormente na UE, ainda não fortaleceram os alicerces ideológicos de pertença à mesma. No entanto, há fatores identificados pela autora que se afiguram decisivos, independentemente do empenho no processo de adesão. A influência exercida pelos sistemas educativos é crucial à construção e consolidação da democracia na União Europeia. De acordo com os dados analisados, o apoio à União Europeia é arbitrado pela dualidade entre o nível de escolaridade e fatores económicos, onde se destaca a existência de salários mais elevados e a sua consequência direta numa atitude mais positiva face à Europa.

Balestrini (2012) reforça o argumento anteriormente descrito, adicionando a presença da ocupação dos europeus enquanto fator igualmente relacionado com a integração europeia. O autor considera que a expressão de um maior suporte à União Europeia advém da concentração de capital económico, humano e expectativas que se expressam nos dados apurados. As competências laborais revelam-se um elemento facilitador da mobilidade na UE, que consequentemente se traduz numa maior eficiência económica e, em última instância, na expressão da própria identidade europeia dos indivíduos.

A análise do autor evidencia que o nível de ocupação se sobrepõe ao papel da educação: elevada escolaridade e ocupação laboral não correspondente ao nível de literacia exerce um efeito nocivo na identificação europeia, se comparado com os baixos níveis de educação por oposição a uma ocupação mais qualificada.

O diálogo entre todos os fatores anteriormente identificados conduz à satisfação com o desempenho da democracia na UE. Segundo Hobolt (2012), os europeus identificam-se com a União Europeia à revelia da influência que a circulação de poder e a legitimação dos representantes europeus exerce sobre os níveis de défice democrático. Por conseguinte, a autora estabelece uma perspetiva comparada entre a legislação aplicada pelos governos dos Estados-Membros e as diretivas cunhadas nas instituições europeias, perfazendo a seguinte conclusão: não se verifica um défice, mas sim um equilíbrio “56% dos cidadãos estão satisfeitos com a democracia, comparativamente a 53% que está satisfeito com o funcionamento político a nível nacional” (Hobolt, 2012: 91).

Na perspetiva dos cidadãos europeus, Schlenker (2015) adota uma leitura divergente que atribui diferentes compreensões sobre a legitimidade democrática da UE. Contrariamente à interpretação de Hobolt (2012), Schlenker (2015) elege os fatores económicos como preponderantes face à avaliação estabelecida sobre o funcionamento democrático da União Europeia e, no limite, sobre o sentimento de identificação europeia. De acordo com o estudo realizado pela autora, “As avaliações da economia nacional geram um impacto considerável na confiança das instituições nacionais (...) enquanto que a avaliação da economia europeia tem menos importância sobre a confiança nas instituições europeias (...)” (Schlenker, 2015: 591).

Numa perspetiva social vocacionada para o conhecimento dos cidadãos europeus face à União Europeia, Anderson (1998) revela uma relação direta entre a ausência de informação sobre os mecanismos de participação no projeto europeu e a irrelevância das negociações estabelecidas entre os Estados-Membros. A consequência é a construção de uma realidade assente no senso-comum, que ignora a complexidade política inerente. A inexistência de consenso na política doméstica dos Estados-Membros conduz a diferentes perspetivas sobre a importância do projeto europeu, potenciando uma maior dificuldade de seleção, interpretação e aplicação das diretivas europeias, que se esperam comuns.

2.3. Estudos empíricos sobre a identidade europeia nos jovens

2.3.1. A formação da identidade europeia na adolescência

“Se a identidade europeia pode ser conceptualizada como uma forma estável de identidade de grupo, pode esperar-se um processo de transmissão geracional dentro das famílias”; quem o afirma são Quintelier, Verhaegen & Hooghe (2014) que se dedicaram ao estudo da raiz da identidade europeia nos indivíduos. Assumindo que o núcleo familiar constitui um espaço determinante na socialização dos indivíduos, os autores argumentam que as progenitoras, geralmente, influenciam mais as filhas. A mesma relação é estabelecida entre os progenitores e os filhos.

No decorrer da sua investigação identificaram-se várias tendências familiares que se repercutem na identificação das crianças e jovens com a Europa. Das conclusões obtidas, destacam-se as seguintes evidências: a identidade europeia dos pais é semelhante à dos filhos na adolescência; as conversas que os pais estabelecem com os filhos sobre a identidade europeia provocam um impacto positivo, mas as conversas com a progenitora detêm um impacto mais significativo; e a identidade europeia dos adolescentes não está relacionada com a importância que os pais atribuem à integração europeia (Quintelier, Verhaegen & Hooghe, 2014).

A adolescência constitui uma fase transitória entre a socialização primária, anteriormente referida, e o desempenho de um papel na vida adulta. Como tal, a formação da identidade europeia na adolescência adquire importância nas suas reflexões futuras. É neste âmbito que os autores Meeus, Schoot & Keijsers (2010) desenvolveram um modelo analítico que assume a identificação como um processo contínuo desenvolvido entre o compromisso, a exploração e reconciliação. O modelo sustenta que os adolescentes reforçam um conjunto de compromissos com um quadro de referências expressado sobretudo em domínios ideológicos e interpessoais identitários.

Na adolescência adquirem-se compromissos: de exploração do conhecimento aprofundado relativos a um processo de monitorização contínua das exigências do presente, consciencializando-o; e de reconsideração, respeitantes a um processo de comparação dos compromissos com outras alternativas e decidir quais deles carecem de mudança (Meeus, Schoot & Keijsers, 2010: 1567). Na realização do estudo empírico, os autores identificam um padrão regular na identidade europeia dos adolescentes, com alterações pouco significativas. No que respeita ao género, são as raparigas que revelam

maior estabilidade na sua identidade e, em relação à idade, alterações no perfil identitário assumem maior expressão na vida adulta, comparativamente à adolescência, devido a uma maior consciencialização do papel da identidade adulta.

Agirdag, Huyst & Houte (2012) analisam a desconexão da identidade europeia e da sua paulatina emergência nos jovens adolescentes com base em três fatores: idade, religião e escolaridade. A idade constitui um elemento de diferentes interpretações para vários autores. Para Inglehart, Rabier & Reif (2014) ocorrem diferenças nas gerações: “quanto mais jovens, mais os grupos pós-materialistas irão substituir os mais velhos (...) sendo expectável encontrar-se um suporte mais alargado à unificação europeia”. Por outras palavras, as gerações renovadas demonstram uma maior predisposição aos ideais europeus e, por conseguinte, uma maior adaptabilidade no relacionamento com a Europa face à geração anterior. Reforçando a perspetiva anteriormente descrita, Citrin & Sides (2004) e Fligstein (2009) ilustram os adolescentes como um grupo maioritariamente pró-europeu, contrastando com os restantes grupos etários (Agirdag, Huyst & Houte, 2012: 200).

Os autores referidos estabelecem uma relação entre a predisposição aos ideais europeus e a importante função da dinâmica escolar. Nesse seguimento, os autores verificam que: o ambiente escolar é um contexto importante na formação individual da identificação europeia; a idade não é significativa; os rapazes identificam-se mais com a Europa e a União Europeia que as raparigas; e a proveniência dos alunos não influencia a sua identificação com a Europa (Agirdag, Huyst & Houte, 2012: 206).

O contributo mais recente de Verhaegen & Hooghe (2015) acrescenta os mecanismos de mobilização associados a uma maior identificação europeia (Verhaegen & Hooghe, 2015: 1). Os autores consideram que a proximidade com a Europa engloba instituições e sistemas de direitos e deveres comuns a todos os cidadãos unidos pelo mesmo conjunto de valores. A análise dos autores demonstra uma relação direta entre conhecimento acerca do projeto europeu e a presença de um sentimento europeu nos adolescentes, materializado na perceção sobre os benefícios subjacentes ao dinamismo funcional da UE. Consequentemente, quanto maior é a confiança nas instituições políticas nacionais, maior é a identificação europeia.

2.3.2. Mobilidade e identidade europeia

Os movimentos migratórios dentro da Europa assumiram novas dinâmicas com o livre-trânsito de pessoas e bens. O grupo dos mais jovens não foi exceção nestes movimentos. King & Ruíz-Gelices (2003) assim o afirmam, focando-se nos estudantes. A mobilidade dos estudantes é um fenómeno global, com grande expressão na Europa, e diminui as diferenças culturais em concomitância com a promoção da integração (King & Ruiz-Gelices, 2003: 232-233). O estudo realizado pelos autores em 2013 conduz ao entendimento que os jovens fazem acerca da sua experiência de mobilidade e às representações criadas face à Europa. Os estudantes veem no ano fora valências linguísticas e culturais, mais que académicas.

Um dos objetivos da mobilidade é criar uma atitude positiva face aos povos e nações europeias e um sentimento de pertença à Europa. Embora não seja clara a forma como o “sentir-se europeu” se manifesta (King & Ruiz-Gelices, 2003: 237-240), a mobilidade dos jovens no espaço europeu, nomeadamente os estudantes, é o culminar de várias reformas educativas e iniciativas para consolidar os laços entre as instituições políticas e os cidadãos. Keating (2009) reconhece o esforço das instituições europeias e o seu papel ativo na implementação de políticas educativas e interpreta-o como a ponte entre as instituições e os cidadãos (Keating, 2009: 136). O autor restringe ainda mais a sua análise e foca-se no núcleo escolar. Segundo o mesmo, as escolas tornaram-se em excelentes meios para a introdução destes feitos partilhados, bem como no fornecimento de informações aos alunos, literacia e competências para a participação cívica e política no seu Estado-Nação. Os sistemas nacionais de ensino tornaram-se em meios de integração. Os cidadãos europeus passaram a estar ligados por princípios cívicos e democráticos e por laços culturais (Keating, 2009: 137).

Keating refere o Tratado de Maastricht como o avanço para a promoção da cidadania europeia e como o responsável pelo impulsionamento de iniciativas educativas direcionadas para competências cívicas na educação (Keating, 2009: 144). O autor restringe-se a uma análise documental destes marcos e conclui que os documentos europeus produzidos evidenciam que os cidadãos europeus partilham efetivamente competências educacionais (Keating, 2009: 146).

O autor acaba por se focar pouco na questão da mobilidade dos estudantes, restringindo a sua análise ao panorama educativo que a União Europeia tem reunido esforços para consolidar. Ambos os autores sustentam a premissa de que a educação

constitui um fator determinante na promoção da identidade europeia e constitui um veículo determinante na sensibilização e conhecimento dos jovens acerca da temática.

A mobilidade estudantil tem proporcionado cada vez mais, às camadas de jovens europeias, experiências fora do seu contexto nacional. De entre os programas em vigor, destaca-se o programa ERASMUS+ dirigido a jovens universitários. As iniciativas promovidas e implementadas pela Comissão Europeia vieram acrescentar novas dinâmicas à mobilidade, além do livre-trânsito dentro do espaço Schengen. Sigalas (2010) acrescenta que os europeus passaram a ter mais oportunidades para interagir e criar laços (Sigalas, 2010: 242).

O programa Erasmus acarretou a expectativa de contribuir para a integração europeia. Foi antecipado que os graduados com uma experiência de mobilidade noutro país europeu, não iriam hesitar em cooperar no futuro com os seus pares extra-fronteiriços. (Sigalas, 2010: 243). Uma boa adaptação ao novo ambiente contribui para a eficácia do programa Erasmus e para a promoção da identidade europeia. Contudo, fatores como viajar antes de fazer Erasmus, ou ter famílias multiculturais, são promotores de identidade europeia (Sigalas, 2010: 248). Os resultados apurados evidenciam os claros efeitos e consequências dos estudantes se movimentarem na Europa. Os estudantes de Erasmus são mais propensos a desenvolver relações com estudantes de outros países. A satisfação com o programa ERASMUS+, a adaptação e a comunicação estão positivamente associadas com a mudança da identidade europeia, e os estudantes que têm facilidade em adaptar-se ao país hospedeiro e que permanecem contentes com a experiência, são mais propensos a pensar-se como europeus ou a coexistir com a identidade nacional (Sigalas, 2010:253-257).

Ao passo que Sigalas (2010) apresenta o impacto da mobilidade dos estudantes nas suas representações e construção de identidade europeia, Wilson (2011) aborda o tema sob uma perspetiva política. Segundo o mesmo, se a experiência Erasmus consegue promover o apoio à UE, a instrução num país estrangeiro pode ser positiva às relações internacionais (Wilson, 2011: 1115). O programa Erasmus tem um objetivo político – construir apoio à instituição externa do processo. O autor atribui ao programa Erasmus a tarefa decisiva de proporcionar condições favoráveis a um maior apoio à integração europeia, por oposição a um maior euroceticismo por parte dos estudantes que não participam na mobilidade internacional (Wilson, 2011: 1119).

Por oposição a Wilson (2011) e a Sigalas (2010), Kuhn (2012) apresenta uma visão pessimista dos efeitos da experiência de Erasmus face à identidade e integração

européias (Kuhn, 2012: 994). A sua perspectiva não implica necessariamente a ineficácia de experiências transfronteiriças na promoção da identidade europeia; contudo, a sua tese apresenta uma postura clara: “os alunos europeus já têm formadas as suas noções de cidadãos europeus. Dificilmente a mobilidade ou intercâmbio com colegas europeus provoca a diferença” (Kuhn, 2012: 995).

Para indivíduos com baixos níveis de educação, quando interagem fora do seu país este pode ser um momento decisivo que os leva a adotar uma identidade europeia. Até certo ponto, a exposição a uma cultura diferente pode ter os mesmos efeitos formais que os acarretados pela educação (Kuhn, 2012: 999). Todavia, são as práticas transnacionais que produzem um efeito forte e positivo na auto caracterização da identidade europeia e estão associadas positivamente ao sentir-se europeu. A autora averigua ainda que a pertença a um grupo educacional mais baixo aumenta o efeito das práticas transfronteiriças na auto categorização europeia. Este efeito é duplamente superior para indivíduos com baixos níveis de educação do que para indivíduos mais escolarizados.

A autora define um perfil dos indivíduos e da sua escolaridade, de forma a fazer um paralelismo com a identificação com a União Europeia. A sua investigação permitiu-lhe afirmar que pessoas com baixa escolaridade se categorizam como europeus, em cerca de 35%, enquanto que cerca de 50% dos mais escolarizados se categoriza como europeu; e indivíduos altamente escolarizados são mais propensos a manifestar a sua identidade europeia, independentemente das suas interações fora da fronteira (Kuhn, 2012: 1003).

Os estudantes de ensino superior já se sentem europeus, independentemente das suas experiências no estrangeiro, excluindo os estudantes croatas que não foram alvo do estudo. Deste modo, não é surpreendente que durante a sua estadia fora não seja afetada a sua identificação com a Europa. Embora os indivíduos menos escolarizados tenham menos probabilidade de se sentirem europeus, as práticas transnacionais têm um efeito positivo e significativo, tanto na auto categorização europeia como na ligação à Europa. As práticas transnacionais desempenham um papel importante na estruturação da identidade europeia entre os menos escolarizados face aos mais escolarizados. Isto sugere que a educação e as experiências transfronteiriças representam diferentes caminhos para um mesmo fim (Kuhn, 2012: 1006).

2.4. A identificação dos jovens portugueses com a Europa

À semelhança do que se regista na Europa, os jovens em Portugal têm vindo a ser cada vez mais expostos aos programas promovidos pela Comissão Europeia com o intuito de oferecer uma experiência a nível da educação mais abrangente. Os projetos que se destacam neste âmbito são “Tu na Europa” e “ERASMUS +”. O primeiro é referente a uma campanha promovida pelo Conselho Nacional de Juventude (CNJ), com o apoio do Programa Juventude em Ação, entre outros, cujo intuito é dar a conhecer a realidade política europeia de modo a contrariar a abstenção dos jovens nas eleições europeias. Através de uma plataforma é publicada informação relativa aos órgãos europeus, bases de dados, projetos e parcerias para combater a pouca participação dos jovens portugueses nas temáticas europeias e encorajá-los a expressarem a sua opinião. Como referimos anteriormente, o Programa Erasmus tem por missão promover e desenvolver o conhecimento, formação e educação a nível europeu. Tem vários setores de atuação – intercâmbio, formação profissional e inovação – e permite a mobilidade de estudantes, docentes e pessoal das Instituições de Ensino Superior com diferentes programas.

Além do fator escolaridade, a identificação com a Europa é estudada do ponto de vista da postura política dos jovens portugueses. A participação política face a eleições europeias e referendos tem sido dos principais alvos de avaliação da postura e interesse dos jovens portugueses pelos assuntos europeus, nomeadamente pelo seu interesse na participação dos mesmos. O estudo realizado por Valente e Cunha (2014), no âmbito das eleições europeias realizadas em maio de 2014, debruçou-se sobre a postura dos jovens nas eleições e o seu interesse e preocupação. Face às eleições europeias anteriores, as autoras esperavam que as eleições de 2014 assumissem outra visibilidade e importância. Contudo verificou-se que prevalece a abstenção, nomeadamente da camada mais jovem (Valente & Cunha, 2014: 67). À semelhança dos estudos acima mencionados, as autoras atribuem a esta abstenção causas como o desinteresse pela participação na vida cívica ou características socioeconómicas e tradicionais que enraízam uma determinada postura política.

Tendencialmente, a análise da participação política e do interesse dos jovens portugueses pelos assuntos europeus decorre no rescaldo das eleições para o Parlamento Europeu. O hiato temporal entre a convocação da população para as eleições europeias, o seu distanciamento político comparativamente à cena política nacional, bem como a crise económica vivida na última década, remeteram esta temática a uma análise

superficial. Deste modo, a informação produzida circunscreve-se maioritariamente ao período seguinte às eleições carecendo de um acompanhamento do quadro de referências identitárias em permanente construção nos jovens portugueses. Por conseguinte, os estudos que se seguem debruçam-se por outros anos que não os eleitos para o objeto de estudo da dissertação. Contudo, a sua relevância revela-se pertinente, uma vez que reflete a reação do público em questão e a sua expressão identitária.

De acordo com informação publicada pela Direção Geral da Comunicação em 2012, a nível nacional cerca de 43% dos jovens desconhecem o propósito das eleições europeias e a forma como são eleitos os membros do Parlamento Europeu. Estes valores são variáveis entre os Estados-Membros. Em Portugal, a participação nas eleições europeias diminuiu de 1989, na qual se registou uma adesão de cerca de 51%, e em 2009 o valor decresceu para 36,78% (Direção Geral da Comunicação, 2012). Todavia, a adesão de Portugal à União Europeia ao celebrar cerca de 30 anos, espelha-se na crescente consciencialização cívica dos cidadãos portugueses no maior conhecimento do funcionamento das eleições europeias (Valente & Cunha, 2014: 75). Deste modo, as autoras revelam que o exercício de voto dos jovens portugueses neste tipo de eleições se situa acima da média europeia, traçando o perfil dos eleitores: maioritariamente mulheres, jovens escolarizados com idades mais novas e trabalhadores por conta própria.

A conferência “EUROMUNDO” realizada em 2015 na Universidade do Minho abordou a questão da consciência europeia nos jovens portugueses. A adoção da análise de *focus group* resulta em conclusões específicas onde é clara a postura e consciência dos jovens portugueses face à identidade europeia. De acordo com o documento produzido a partir a conferência, o panorama português define-se com base no seu passado histórico, ou seja, a geração anterior teve poucas “opções”, ao contrário da nova geração que tem muitas, mas que lhes atribui pouca importância. Os jovens portugueses revelam-se descrentes do projeto europeu e com uma postura crítica em relação a aspetos como leis comuns. Contudo, percebem vantagens na pertença à União Europeia e na questão da moeda comum e facilidade de mobilidade (EUROMUNDO, 2015).

Capítulo 3 – Metodologia

3.1. Desenho da Investigação

Partindo do pressuposto de que se pode distinguir a identidade nacional e identidade europeia, bem como a problematização e clarificação dos trabalhos já realizados e mencionados no capítulo anterior, a mesma culmina na formulação da questão orientadora da presente dissertação. Desse modo, a questão de investigação surge da seguinte forma: *que fatores explicam a (in)existência de identidade europeia nos jovens portugueses?*

O estudo baseia-se nos dados já produzidos pelo Eurobarómetro, uma ferramenta da Comissão Europeia com vista a monitorizar a opinião pública. O ZACAT fornece a informação produzida pelo Eurobarómetro, os detalhes das variáveis e outra documentação utilizada nos estudos realizados. Uma vez que a temática da presente dissertação se insere nos assuntos europeus, os indicadores estatísticos provenientes desta base de dados são de todo os indicados para o estudo em causa.

O Eurobarómetro realizou várias entrevistas para averiguar a opinião sobre a integração europeia e a satisfação com a União Europeia em geral. Os questionários aplicados, de onde foram selecionados os indicadores pertinentes, procuraram também explorar os sentimentos em relação à identidade europeia, o conhecimento dos assuntos a nível europeu, confiança nas instituições, entre outros fatores.

A utilização de dados secundários fornece algumas vantagens, como a facilidade de acesso e a economia de tempo para a recolha dos dados. Contudo, tem limitações a nível da homogeneização dos dados, variáveis que não são continuadas ao longo dos anos e a necessidade de adaptação das hipóteses à variedade de indicadores presentes nos inquéritos. Ainda assim, foi possível adaptar as hipóteses com base nas variáveis e indicadores dos inquéritos realizados.

3.2. Amostra

Com base na definição de jovens utilizada por Lobo, Ferreira e Rowland (2015), foram alvo do presente estudo inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 24

anos. Para tal, foi apenas selecionada essa faixa etária nos inquéritos Eurobarómetro dos anos 2010 e 2017, em consonância com a recessão económica e o seu rescaldo.

A amostra para o ano de 2010 foi baseada no inquérito Eurobarómetro 73.4. Este estudo resultou da entrevista a “30715 cidadãos nos 27 países da União Europeia após o alargamento 2004/2007 nos países candidatos à União Europeia (CC) Croácia, Turquia e Macedónia (FYROM), entre a comunidade cipriota turca (Chipre setentrional) e o país candidato da EFTA e da Islândia. Todos os inquiridos eram residentes no respetivo país, nacionais e não nacionais, mas cidadãos da UE, e com 15 ou mais anos (Eurobarómetro 73.4, 2010). O tamanho da amostra regular utilizado foi de 30715 inquiridos por países, dos quais foram apenas considerados 160, referentes ao intervalo etário dos 15 aos 24 anos, que se identificam inequivocamente como portugueses.

O inquérito Eurobarómetro 87.3 do ano de 2017 foi levado a cabo igualmente pela Direção Geral de Imprensa e Comunicação a pedido da Comissão Europeia. A recolha dos dados foi feita entre 20 e 30 de maio de 2017 e foram inquiridos 33 180 indivíduos de cada Estado-Membro. Os questionários foram realizados em diversas línguas, consoante a nacionalidade dos inquiridos; foram entrevistados indivíduos com 15 ou mais anos de idade; a dimensão da amostra por país seguiu a mesma lógica que a do ano 2010. O total de inquiridos portugueses que menciona a sua nacionalidade e que têm idades compreendidas entre os 15 e 24 anos, é de 137 indivíduos.

3.3. Hipóteses

A escolha metodológica dos instrumentos de aferição do sentimento de identidade europeia dos jovens portugueses nos anos de 2010 e de 2017, a fim de um entendimento da evolução da relevância de diferentes fatores ocorrida no cenário de forte recessão económica em contraste com um paradigma de início de recuperação, culmina nas seguintes hipóteses:

H1: A identidade europeia é reforçada pelo contacto entre cidadãos europeus.

Sigalas (2010) refere que fatores como viajar, ou ter famílias multiculturais, são promotores de identidade europeia. Wilson (2011) sublinha o argumento anterior quando interpreta a experiência Erasmus enquanto promotora do apoio à UE. Tal como acima exposto, Kuhn tem uma visão antagónica e afirma que “os alunos europeus já têm

formadas as suas noções de cidadãos europeus. Dificilmente a mobilidade ou intercâmbio com colegas europeus provoca a diferença” (Kuhn, 2012: 995).

É com base nesta divergência na literatura sobre a importância do contacto entre os jovens no espaço europeu e as respetivas experiências de mobilidade, que surge a necessidade de testar se estes fatores influenciam a identidade europeia dos jovens portugueses.

H2: A identidade europeia está associada à avaliação da União Europeia em termos do funcionamento da sua democracia e dissociada das atitudes em relação ao sistema político nacional.

A hipótese surge com base no argumento de que os jovens se identificam mais facilmente com um projeto político que acreditam funcionar de acordo com princípios democráticos. Estes não extravasam as suas atitudes sobre como a democracia nacional funciona para com a União Europeia, visto que a entendem enquanto um projeto supranacional independente das dinâmicas políticas nacionais.

H3: A identidade europeia é determinada pelo interesse e pelo conhecimento acerca da UE.

Anderson (1998) evoca o desconhecimento acerca da União Europeia como um dos promotores do desinteresse pelos assuntos políticos europeus, exponenciando a construção de uma realidade baseada em conhecimentos primários que ignoram a complexidade do projeto europeu. Até que ponto é que existem impactos também em termos de identificação?

H4: Escolaridade e pertença a estratos sociais médios e superiores estão associados ao sentimento de identificação com a União Europeia.

Inglehart, Rabier & Reif (2014) sustentam que as gerações mais escolarizadas manifestam uma postura pró-europeia por comparação a um maior ceticismo das gerações anteriores com níveis mais baixos de escolarização. Tendo em conta que o estudo realizado pelos autores decorreu no seio da recessão económica, com repercussões no posicionamento da classe social, pretende-se analisar a evolução da escolaridade e da pertença a estratos sociais médios e superiores, sendo expectável que no período de pico

de crise estes fatores de posição no tecido social podem ter sido mais importantes que no período pós-crise.

H5: A identidade europeia está associada de forma positiva à avaliação do caminho seguido pela União Europeia e pelo país.

Numa perspetiva política, Carporaso & Kim (2008) defendem que a confiança que os cidadãos europeus depositam nas instituições europeias depende da capacidade de transversalidade na aplicação de políticas comunitárias juntos dos Estados-Membros. Essa difícil tarefa é acrescida da capacidade de resolução dos problemas inevitáveis que irão ser colocados por alguns governos nacionais na condução atual dos Estados-Membros, e da própria UE. Neste sentido, pretende-se apurar de que forma é que a avaliação que os próprios indivíduos fazem do percurso paralelo entre a União Europeia e o próprio país se manifesta na identificação europeia.

3.4. Variáveis

Tal como já foi descrito anteriormente pretende-se saber que fatores é que influenciam a identidade europeia nos jovens portugueses com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Para tal foram analisados os dados correspondentes aos anos 2010 e 2017. A escolha destes dois anos em concreto derivou do interesse pela variação da postura face à identificação europeia num período de crise económica e num período de recuperação da mesma. Deste modo, no espaço de sete anos, pretendeu-se averiguar as mudanças no quadro de referência dos inquiridos, bem como a importância dada a determinados fatores e se os mesmos se mantêm sete anos depois.

Realizou-se o levantamento de todas as variáveis pertinentes para o estudo e o consequente agrupamento em categorias. A tabela seguinte apresenta a operacionalização das variáveis usadas neste estudo.

Tabela 3.1. Operacionalização de variáveis

Variáveis		ANO			
		2010		2017	
		Indicadores	Categorias	Indicadores	Categorias
Variáveis de controlo	Variáveis Sociodemográficas	D1. Ideologia Política – esquerda/direita	1 – (1-2) esquerda 2 – (3-4) 3 – (5-6) centro 4 – (7-8) 5 – (9-10) direita	D1.R2 Ideologia Política – esquerda/direita	1 – (1-2) esquerda 2 – (3-4) 3 – (5-6) centro 4 – (7-8) 5 – (9-10) direita
		D10. Género	1 – Masculino 2 - Feminino	D10. Género	1 – Masculino 2 - Feminino
		D11. Idade	1 – 15 anos 2 – 16 anos 3 – 17 anos 4 – 18 anos 5 – 19 anos 6 – 20 anos 7 – 21 anos 8 – 22 anos 9 – 23 anos 10 – 24 anos	D11. Idade	1 – 15 anos 2 – 16 anos 3 – 17 anos 4 – 18 anos 5 – 19 anos 6 – 20 anos 7 – 21 anos 8 – 22 anos 9 – 23 anos 10 – 24 anos
Variáveis Independentes	Classe social	D61. Na seguinte escala, "1" corresponde ao "nível mais baixo na sociedade" e "10" ao "nível mais elevado na sociedade". Poderia dizer-me em que posição se colocaria?	1 – Caixa 1 – nível mais baixo da sociedade 2 – Caixa 2 3 – Caixa 3 4 – Caixa 4 5 – Caixa 5 6 – Caixa 6 7 - Caixa 7 8 – Caixa 8 9 – Caixa 9 10 – Caixa 10 – nível mais elevado da sociedade 11 – Gestor/Gerente	D63. Considera-se a si e ao seu agregado familiar como pertencendo a...?	1 – Classe Trabalhadora da sociedade 2 – Classe Média Baixa da sociedade 3 – Classe Média da sociedade 4 – Classe Média Alta da sociedade 5 – Classe Alta da sociedade 6 – Outro 7- Nenhuma
	Escolaridade	D8. Que idade tinha quando terminou ou interrompeu os seus estudos a tempo inteiro?	1 – Até 14 anos 2 – 15 anos 3 – 16 anos 4 – 17 anos 5 – 18 anos 6 – 19 anos 7 – 20 anos 8 – 21 anos 9 – 22 anos e mais	D8. Que idade tinha quando terminou ou interrompeu os seus estudos a tempo inteiro?	1 – Até 14 anos 2 – 15 anos 3 – 16 anos 4 – 17 anos 5 – 18 anos 6 – 19 anos 7 – 20 anos 8 – 21 anos 9 – 22 anos e mais
	Interesse pelos assuntos políticos europeus	QA2. Quando se junta com amigos ou pessoas que lhe são próximas, diria que discute frequentemente, ocasionalmente ou nunca sobre...? – assuntos políticos europeus	1 – Nunca 2- Ocasionalmente 3 -Frequentemente	D71A2. Quando se junta com amigos ou pessoas que lhe são próximas, diria que discute frequentemente, ocasionalmente ou nunca sobre...? – assuntos políticos europeus	1 – Nunca 2- Ocasionalmente 3 -Frequentemente
		C2. Índice de Interesse Político (apenas na base de dados)	1 -Nenhum interesse 2- Baixo Interesse 3 – Interesse Médio 4 – Forte Interesse	D17. Sumarizado. Índice de interesse político (apenas na base de dados)	1 -Nenhum interesse 2- Baixo Interesse 3 – Interesse Médio 4 – Forte Interesse
	Atitudes em relação ao sistema político nacional	QA24A. De uma maneira geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia em Portugal?	1 – Nada satisfeito 2 – Não muito satisfeito 3- Satisfeito 4 – Muito satisfeito	QA17A. De uma maneira geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia em Portugal?	1 – Nada satisfeito 2 – Não muito satisfeito 3- Satisfeito 4 – Muito satisfeito

		Índice de confiança nas instituições políticas nacionais	0 – Não tende a confiar em nenhuma 1 – Tende a confiar em apenas uma 2 – Tende a confiar em duas 3 – Tende a confiar em todas	Índice de confiança nas instituições políticas nacionais	0 – Não tende a confiar em nenhuma 1 – Tende a confiar em apenas uma 2 – Tende a confiar em duas 3 – Tende a confiar em todas
		QA13a. Como considera ser a direção atual do país?	1- Direção errada 2 – Nem na direção errada nem na direção certa 3- Na direção certa	D73a.1. Como considera ser a direção atual do país?	1- Direção errada 2 – Nem na direção errada nem na direção certa 3- Na direção certa
Atitudes em relação à União Europeia		QA24B. De uma maneira geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?	1 – Nada satisfeito 2 – Não muito satisfeito 3- Satisfeito 4 – Muito satisfeito	QA17B. E com o funcionamento da democracia na União Europeia	1 – Nada satisfeito 2 – Não muito satisfeito 3- Satisfeito 4 – Muito satisfeito
		QA14. Gostaria agora de lhe fazer uma pergunta sobre a confiança que lhe inspiram certas instituições. Para cada uma delas, diga-me por favor se tem ou não confiança nela? União Europeia	1 – Não tem confiança 2 – Tem confiança	QA8a. Gostaria de lhe perguntar em que medida confia em alguns meios de comunicação e instituições. Para cada um dos seguintes meios de comunicação e instituições, diga-me se tende a confiar ou a não confiar no mesmo. União Europeia	1 – Não tem confiança 2 – Tem confiança
		QA15. De uma maneira geral, a União Europeia tem para si uma imagem muito positiva, positiva, neutra, negativa ou muito negativa?	1 – Muito negativa 2 – Negativa 3 – Neutra 4 – Pouco positiva 5- Muito positiva	QA9. De uma maneira geral, a União Europeia tem para si uma imagem muito positiva, positiva, neutra, negativa ou muito negativa?	1 – Muito negativa 2 – Negativa 3 – Neutra 4 – Pouco positiva 5- Muito positiva
		QA13a. Como considera ser a direção atual da UE?	1- Direção errada 2 – Nem na direção errada nem na direção certa 3- Na direção certa	D73a.2. Como considera ser a direção atual da UE?	1- Direção errada 2 – Nem na direção errada nem na direção certa 3- Na direção certa
		Índice de reconhecimento das instituições europeias	0 – Não ouviu falar de nenhuma 1 – Ouviu falar de uma 2 – Ouviu falar de duas 3 – Ouviu falar do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu	Índice de reconhecimento das instituições europeias	0 – Não ouviu falar de nenhuma 1 – Ouviu falar de uma 2 – Ouviu falar de duas 3 – Ouviu falar do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu
Conhecimento acerca da União Europeia		Índice de conhecimentos acerca da União Europeia	0 – Nenhuma resposta correta 1 – Uma resposta correta 2 – Duas respostas corretas 3 – Três respostas corretas	Índice de conhecimentos acerca da União Europeia	0 – Nenhuma resposta correta 1 – Uma resposta correta 2 – Duas respostas corretas 3 – Três respostas corretas
	Contacto entre cidadãos europeus	QE4. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Visitou outro país da União Europeia	1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	QD5a. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Visitou outro país da União Europeia	1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim
QE4. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Leu um livro, jornal ou revista numa língua diferente da sua língua materna		1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	QD5a. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Leu um livro, jornal ou revista numa língua diferente da sua língua materna	1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	
QE4. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Relacionou-se socialmente com pessoas de outro país da União Europeia		1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	QD5a. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Relacionou-se socialmente com pessoas de outro país da União Europeia	1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	
QE4. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Viu programas de televisão noutro idioma que não a sua língua materna		1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	QD5a. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Viu programas de televisão noutro idioma que não a sua língua materna	1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	

		QE4. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Usou a internet para comprar um produto ou um serviço de outro país da UE	1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim	QD5a. Nos últimos 12 meses o Sr./Sra.? Usou a internet para comprar um produto ou um serviço de outro país da UE	1 – Não 2 - Sim, uma ou duas vezes 3 - Sim
Variáveis Dependentes	Sentimento de Cidadania Europeia	QE2. Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me por favor em que medida corresponde ou não à sua própria opinião. Sente-se cidadão da UE.	1 – Não certamente que não 2 – Não em parte não 3 – Sim em parte sim 4 – Sim certamente que sim	QD2.1 Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me por favor em que medida corresponde ou Não à sua opinião pessoal. Sente-se cidadão da UE.	1 – Não certamente que não 2 – Não em parte não 3 – Sim em parte sim 4 – Sim certamente que sim
		QE2. Para cada uma das seguintes afirmações, diga-me por favor em que medida corresponde ou não à sua própria opinião. Conhece os seus direitos enquanto cidadão da UE	1 – Não certamente que não 2 – Não em parte não 3 – Sim em parte sim 4 – Sim certamente que sim	QD2.2. Cidadania Europeia – Conhecimento dos direitos enquanto cidadão europeu	1 – Não certamente que não 2 – Não em parte não 3 – Sim em parte sim 4 – Sim certamente que sim

Fonte: Próprio Autor

Foram agrupadas as variáveis em três categorias principais: *as variáveis de controlo, as variáveis independentes e as dependentes*. As variáveis de controlo, género, idade e ideologia, são variáveis que, não sendo centrais para o teste das hipóteses, é conveniente excluir como explicações alternativas ou variáveis intervenientes nos processos de identificação. As variáveis independentes foram agrupadas de acordo com o seu conteúdo. Tal como se pode observar na tabela acima, existem vários grupos dos quais foram selecionadas variáveis para a realização do modelo de regressão linear múltiplo: classe social, escolaridade, importância dos assuntos europeus, atitudes em relação ao sistema político nacional, atitudes em relação à União Europeia, conhecimento acerca da União Europeia e contacto entre cidadãos europeus.

As variáveis dependentes dizem respeito ao sentimento de cidadania europeia, pelo que foram tidos em consideração ambos os indicadores estatísticos descritos: sentir-se cidadão da União Europeia e conhecer direitos enquanto cidadão europeu. O primeiro é referente ao sentimento que os inquiridos nutrem pela União Europeia no âmbito identitário. O segundo indicador afigura-se aos conhecimentos que os jovens portugueses têm face ao seu estatuto de cidadãos europeus. Deste modo, ambos os indicadores espelham a identidade europeia nos jovens portugueses.

3.5. Análise dos dados

Com base nos dados disponibilizados no portal “GESIS”, foram descarregadas as bases de dados com vista a manipular as variáveis selecionadas previamente. Após a recodificação, categorização, limpeza de variáveis não pertinentes e criação de índices, foram selecionados apenas os inquiridos com idades entre os 15-24 anos. Neste ponto, foi eleito o modelo de regressão linear múltipla enquanto a análise que melhor se adequava a perceber de que forma os fatores selecionados influenciavam as variáveis dependentes.

O modelo de regressão linear múltipla consiste na análise entre várias variáveis independentes e uma variável dependente. Através desta análise é possível quantificar a qualidade do modelo e aferir o efeito de cada variável independente sobre a variável dependente. Para a realização deste modelo é necessário que a variável dependente seja quantitativa. Neste caso, as variáveis dependentes são expressas pelos indicadores “Sente-se cidadão da União Europeia” e “Conhece os seus direitos enquanto cidadão da União Europeia”, pelo que serão realizados dois modelos de regressão linear múltipla, um para cada variável dependente. Cada variável dependente será analisada com todas as variáveis independentes e as variáveis de controlo.

Para que seja possível realizar esta análise é necessária uma amostra mínima obrigatória ($N \geq 50 + 8m$, pelo que $m =$ número de variáveis independentes). Tendo em conta que para a análise seguinte serão apenas considerados indivíduos que mencionam a nacionalidade portuguesa e que têm 24 ou menos anos, a amostra para 2010 é de 160 inquiridos e para 2017 cerca de 137 inquiridos. Nesse caso, os cálculos para 2010 revelam que o valor da amostra, N , é ligeiramente menor que o valor do cálculo da equação ($160 \leq 162$), contudo a diferença é pouco significativa pelo que não se considera uma violação do pressuposto necessário à realização da análise. Para 2017, o resultado da equação revela que o valor de N é igualmente inferior aos 137.

Considerando os índices enquanto variáveis, existem 18 variáveis independentes: Índice de confiança nas Instituições Políticas Nacionais, Índice de reconhecimento das Instituições Europeias, Índice de conhecimentos acerca da União Europeia, Visitar outro país da União Europeia, Socializar com cidadãos europeus, Ver programas de televisão noutra língua que não a língua materna, Usar a internet para comprar um produto ou um serviço de outro país da UE, Ler numa língua diferente da sua língua materna, Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, Satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia, Imagem da União Europeia, Confiança na União

Europeia, Direção atual do país e Direção atual da União Europeia; e 5 variáveis de controlo: ideologia política, género, idade, classe social e escolaridade.

Importa referir os valores de VIF, *variance inflation factor*, que correspondem ao pressuposto da independência das variáveis explicativas ou da inexistência de multicolinearidade. Pode analisar-se a Tolerância, e por outro os valores VIF (*variance inflation factor*). A tolerância é uma medida de multicolinearidade entre as variáveis independentes que permite saber em que medida cada variável independente, X_i , é explicada pelas outras variáveis independentes. Esta medida é expressa através da expressão:

$$tol_i = 1 - R_i^2, \text{ pelo que } tol = [0, 1]$$

pelo que R_i^2 é o coeficiente de determinação múltiplo, mas neste caso está a tomar-se a variável X_i como dependente e as restantes variáveis X_i mantêm-se como independentes. Portanto, a análise do pressuposto da multicolinearidade analisado sob a ótica da tolerância permite afirmar que a tolerância corresponde à proporção da variação de cada variável independente que não é explicada pelas outras variáveis independentes. A tolerância varia entre 0 e 1 e deve ser superior a 0,2. Quanto mais perto de 0 maior será a multicolinearidade entre certa variável independente e as outras variáveis independentes.

Se analisado este pressuposto através do VIF, em que $VIF = \frac{1}{tol_i}$, então quando as variáveis independentes apresentarem uma tolerância elevada, mais próxima de 1, indicam a inexistência de multicolinearidade, pelo que apresentarão valores de VIF baixos e vice-versa. Para o ano 2010 observam-se valores de VIF inferiores a 3.302 e para o ano 2017 os valores de VIF são inferiores a 2.358.

Capítulo 4 – Resultados: análise e discussão

4.1. Apresentação e discussão dos resultados

Nas tabelas seguintes estão compilados os valores dos coeficientes das duas variáveis dependentes para 2010 e 2017. Para a variável dependente “Sente-se europeu”, os valores percentuais mais elevados são relativos à categoria “Sim, em parte sim”, pelo que em 2010 registam-se cerca de 59% e em 2017 cerca de 52%.

Tabela 4.1. Coeficientes para a variável dependente “Sente-se europeu”, 2010 e 2017

Variáveis independentes	2010		2017	
	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes não estandardizados	
	B	Erros padrão	B	Erros padrão
Intercept	-0.427	1.485	1.462	2.456
Índice de confiança nas Instituições Políticas Nacionais	-0.083	0.151	0.001	0.164
Índice de reconhecimento das Instituições Europeias	0.203	0.167	-0.188	0.308
Índice de conhecimentos acerca da União Europeia	0.170	0.257	0.005	0.142
Visitar outro país da União Europeia	-0.053	0.193	0.194	0.265
Socializar com outros europeus	0.022	0.216	-0.283	0.294
Ver programas de televisão noutra língua que não a língua materna	0.505*	0.239	0.091	0.320
Usar a internet para comprar um produto ou um serviço de outro país da EU	-0.024	0.296	-0.129	0.241
Ler numa língua diferente da sua língua materna	-0.089	0.232	0.067	0.264
Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal	-0.263	0.211	0.340	0.272
Satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia	0.335	0.213	-0.151	0.178
Imagem da União Europeia	0.003	0.240	-0.228	0.237
Confiança na União Europeia	-0.067	0.451	0.357	0.368
Direção atual do país	-0.165	0.258	0.116	0.259
Direção atual da União Europeia	-0.096	0.182	0.037	0.299
Género	-0.225	0.351	-0.329	0.319
Classe Social	0.164	0.197	-0.141	0.233
Escolaridade	0.111	0.074	0.113	0.095
Ideologia política	0.226	0.156	0.039	0.054
Idade	0.036	0.058	0.032	0.097
N	160		137	
Teste F	F (19;15) = 1.161 p > 0.10		F (19;18) = 0.685 p > 0.10	
R ²	0.595		0.419	

Fonte. Inquérito Eurobarómetro 73.4, 2010 e Inquérito Eurobarómetro 87.3, 2017
*Legenda: *** se p for inferior a 0,001; ** se p for inferior a 0,01; *se p for inferior a 0,10*

Em 2010 apenas o fator ver televisão noutros idiomas que não português influencia o sentimento de identificação europeu de forma positiva sobre a variável, ou seja, quanto mais frequente é este comportamento, maior o sentimento de identidade europeia. Contudo, em 2017 nenhum fator exerce influência no sentimento identitário europeu dos jovens portugueses.

Face aos conhecimentos acerca dos direitos dos cidadãos europeus, continuam a registar-se valores mais elevados na categoria “Sim, em parte sim”. Em 2010 registam-se 55% e em 2017 cerca de 49%.

Tabela 4. 2. Coeficientes para a variável dependente “Conhece os seus direitos enquanto cidadão da União Europeia”, 2010 e 2017

Variáveis independentes	2010		2017	
	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes não estandardizados	
	B	Erros padrão	B	Erros padrão
Intercept	-1.776	1.771	1.743	2.321
Índice de confiança nas Instituições Políticas Nacionais	0.021	0.180	-0.266	0.155
Índice de reconhecimento das Instituições Europeias	0.072	0.199	0.340	0.291
Índice de conhecimentos acerca da União Europeia	-0.051	0.307	-0.026	0.134
Visitar outro país da União Europeia	0.087	0.230	-0.268	0.250
Socializar com outros europeus	0.094	0.257	0.161	0.278
Ver programas de televisão noutro idioma que não a língua materna	0.229	0.285	-0.096	0.303
Usar a internet para comprar um produto ou um serviço de outro país da EU	-0.469	0.353	0.339	0.228
Ler numa língua diferente da sua língua materna	0.116	0.276	-0.227	0.250
Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal	0.196	0.252	-0.123	0.257
Satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia	-0.034	0.254	-0.171	0.168
Imagem da União Europeia	0.026	0.286	0.096	0.224
Confiança na União Europeia	0.103	0.538	0.220	0.348
Direção atual do país	-0.257	0.307	0.210	0.244
Direção atual da União Europeia	0.526*	0.217	-0.177	0.283
Género	0.258	0.419	-0.043	0.301
Classe Social	0.106	0.235	0.449*	0.220
Escolaridade	0.047	0.089	-0.060	0.090
Ideologia política	0.008	0.185	-0.024	0.051
Idade	0.113	0.069	0.033	0.092
N	160		137	
Teste F	F (19; 15) = 2.334 p < 0.10		F (19; 18) = 1.320 p > 0.10	
R ²	0.747		0.582	

Fonte: Inquérito Eurobarómetro 73.4, 2010 e Inquérito Eurobarómetro 87.3, 2017
 Legenda: *** se p for inferior a 0,001; ** se p for inferior a 0,01; *se p for inferior a 0,10

Face aos conhecimentos dos direitos enquanto cidadãos europeus, em 2010 os jovens portugueses determinam este conhecimento com base na direção em que a União Europeia caminha. Este fator tende a provocar um acréscimo no conhecimento dos direitos enquanto cidadãos europeus, já que o seu efeito é positivo sobre a variável dependente. Assim, os cidadãos que mais se demonstram satisfeitos com o caminho trilhado pela EU são também aqueles que se sentem mais próximos de uma identidade-cidadania europeia plena.

Em 2017 é estatisticamente significativo o fator relativo à classe social, o que revela que a pertença a estratos sociais mais elevados está associada a um maior nível de conhecimento dos direitos enquanto cidadãos europeus.

4.2. Teste das hipóteses

Com base nos dados obtidos pela regressão linear múltipla, acima descritos e interpretados, prossegue-se a análise das cinco hipóteses propostas no capítulo 3.

H1: A identidade europeia é reforçada pelo contacto entre cidadãos europeus.

Pode afirmar-se que não são todas as formas de contacto entre os jovens portugueses e os restantes cidadãos europeus que influenciam a sua identidade europeia.

O contacto entre jovens europeus apenas se manifesta em 2010 enquanto fator explicativo da identidade europeia dos mesmos, com a expressão do fator referente a ver televisão noutra língua que não português. As restantes variáveis de contacto – visitar outro país da UE, socializar com outros europeus, usar a internet para comprar produtos ou serviços de outros países europeus e ler noutra língua que não a materna – não influenciam o sentimento europeu. Em 2017 não há expressão de nenhuma destas variáveis.

Se Sigalas (2010) e Wilson (2011) evidenciavam fatores como viajar, ou ter a experiência de mobilidade, enquanto promotores da identificação europeia; e Kuhn (2012) privilegiava as noções preconcebidas dos jovens portugueses face à identificação europeia; os dados acima analisados revelam que o contacto entre cidadãos europeus não adquire uma expressão contínua nos anos analisados, bem como, nem todas as formas de contacto promovem a identidade europeia.

Esta hipótese não se verifica para o ano de 2017 provavelmente porque a interiorização desses moldes de aproximação ao sentimento de pertença à União Europeia se tornaram comuns com a acumulação de experiências.

H2: A identidade europeia está associada à avaliação da União Europeia em termos do funcionamento da sua democracia e dissociada das atitudes em relação ao sistema político nacional.

Os resultados evidenciam que a avaliação pelos jovens do funcionamento da democracia na União Europeia não determina a sua identidade, uma vez que não há expressão significativa deste fator perante a identificação europeia. Face ao funcionamento da democracia a nível nacional, a ausência da expressão estatisticamente significativa da variável evidencia a dissociação estabelecida.

Deste modo, a perspetiva de Eichenberg e Dalton (2009) não se verifica para os jovens portugueses, uma vez que a imagem dos mesmos sobre a comunidade europeia não está relacionada com a satisfação dos mesmos face ao funcionamento da sua democracia. As visões de Fligstein, Polyakova & Sandholtz (2012) e Risse (2003) também não são verificadas. Os autores focam-se na consensualidade entre a democracia nacional e europeia, mas também num eventual desfasamento entre ambas, que não se verifica no caso da camada jovem portuguesa, isto é, os inquiridos elegem a satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia enquanto fator que caracteriza a existência desta identidade nos mesmos.

H3: A identidade europeia é determinada pelo interesse e pelo conhecimento acerca da UE.

De acordo com os dados das tabelas 2 e 3, o índice de conhecimentos acerca da União Europeia não revela expressão em nenhuma das variáveis dependentes. Consequentemente, o reconhecimento das instituições europeias não adultera a identidade europeia. Esta variável, ao não exercer nenhum efeito sobre a variável dependente, evidencia que os conhecimentos acerca da União Europeia não assumem qualquer efeito na progressão da identidade europeia, não confirmando a perspetiva de Anderson (1998).

H4: Escolaridade e pertença a estratos sociais médios e superiores estão associados ao sentimento de identificação com a União Europeia.

A escolaridade não exerce uma influência nos conhecimentos dos direitos enquanto cidadãos europeus dos jovens inquiridos ou no sentimento de cidadania europeia. No entanto, a classe social exerce efeitos sobre sentir-se europeu no ano de 2017. Este efeito é positivo, pelo que a pertença a estratos sociais médios e superiores está associada ao sentimento de identificação com a União Europeia.

A verificação desta hipótese, apenas relativa à classe social, não confirma os resultados do estudo realizado por Inglehart, Rabier & Reif (2014), no qual os autores destacam as gerações mais escolarizadas enquanto baluarte da identificação europeia.

H5: A identidade europeia está associada de forma positiva à avaliação do caminho seguido pela União Europeia e pelo país.

A hipótese apenas se verifica para o ano de 2010, onde se regista que a direção atual da União Europeia explica o conhecimento dos direitos enquanto cidadãos europeus. Tendo em conta que o fator em causa foi categorizado com base em categorias mais baixas correspondentes à direção errada e categorias elevadas à direção correta, os inquiridos expressam uma perspetiva de um caminho na direção certa seguido pela UE.

Deste modo, existe apenas uma relação entre a direção da União Europeia e o nível de conhecimentos acerca dos direitos europeus por parte dos jovens portugueses. O caminho seguido pelo país não tem impacto.

5. Conclusões

O presente estudo pretendeu verificar que fatores influenciam e determinam a identidade europeia dos jovens portugueses em dois momentos concretos: 2010, o epicentro da crise económica, e 2017 no rescaldo da mesma. A escolha destas balizas temporais teve o intuito de apurar de que forma se enraízam ou se alteram as bases das referências identitárias.

Para tal, na literatura analisada foram identificados vários debates e, por conseguinte, considerada informação pertinente para averiguar a sua expressão nos jovens portugueses em concreto. Destacaram-se autores como Sigalas (2010), e a sua alusão a experiências como viajar e famílias multiculturais, enquanto promotores de identidade europeia; Wilson (2011) que acrescenta a importância da experiência Erasmus enquanto um evento potenciador de identidade europeia. Eichenberg e Dalton (2009), assumem uma igual importância no debate da identidade europeia com o estudo da opinião pública enquanto fator crucial sobre a consolidação do projeto europeu. Hobolt (2012) pretendeu apurar a existência de uma relação entre a satisfação com a democracia europeia e com a democracia nacional. Numa perspetiva referente a fatores sócio demográficos, destacam-se Inglehart, Rabier & Reif (2014) que sustentam que indivíduos mais escolarizados são mais propensos a manifestarem uma postura pró-europeia face aos menos escolarizados.

Com base nestes pressupostos, e com suporte noutras perspetivas, selecionaram-se fatores que poderiam influenciar o sentimento europeu e os conhecimentos dos jovens portugueses face aos seus direitos enquanto cidadãos europeus. Para a realização da investigação foi utilizada a informação já recolhida e devidamente compilada pelo Eurobarómetro. A análise da mesma foi realizada com recurso ao SPSS, a qual pressupôs um tratamento cuidado das bases de dados para a execução da regressão linear múltipla.

A informação científica recolhida e analisada cingiu-se mais a aspetos relativos à participação política dos jovens portugueses no rescaldo das eleições, do que a aspetos relacionados com a identidade europeia num âmbito não eleitoral. A informação produzida por autores relativamente ao cenário identitário português é mais escassa que a produzida por autores face ao panorama europeu. A igual descontinuidade do estudo de fatores, posteriormente publicados pelo Eurobarómetro, constituiu outra limitação no estudo de variáveis que poderiam produzir efeitos sobre a identidade europeia dos jovens portugueses.

Os resultados da investigação permitem afirmar que os fatores que explicam a identidade europeia são o contacto entre europeus, nomeadamente ver televisão noutra língua que não a materna, a avaliação da direção atual da União Europeia e a classe social. Ainda que a sua expressão não se revele contínua em ambos os anos analisados, estes fatores explicam efetivamente a presença de identidade europeia nos inquiridos e confirmam a inexistência de efeitos de outros fatores, como a ideologia política ou socializar com outros europeus, sobre as variáveis dependentes selecionadas.

Contudo, a expressão destes fatores exerce efeitos positivos sobre as variáveis dependentes. Os três fatores que se expressam potenciam não só o sentimento europeu como um maior nível de conhecimento dos direitos enquanto cidadãos europeus. Estes efeitos são constantes nos inquiridos na faixa etária selecionada, são independentes da imagem e da confiança depositada na UE, entre os restantes fatores analisados.

Com base nos resultados acima descritos, pode afirmar-se que os fatores que explicam a existência de identidade europeia nos jovens portugueses não são estanques, não têm uma expressão contínua ao longo do tempo e não estão restritos a uma categoria específica.

Inserindo no contexto de crise económica, no ano de 2010 há uma maior expressão de fatores que efetivamente influenciam a identidade europeia face a 2017. Este facto poderá estar relacionado com a internalização do sentimento europeu nos indivíduos durante o período de crise e, por conseguinte, fazer parte da sua noção de identidade num período pós-crise económica. Os resultados obtidos, numa perspetiva mais ampla, evidenciam que num hiato de 7 anos não sobressaíram fatores determinantes de identidade europeia associados à identificação emocional dos indivíduos, aos conhecimentos que os mesmo detêm sobre a União Europeia e a própria imagem acerca da mesma. A percentagem de indivíduos que se sente europeu e que conhece os seus direitos enquanto cidadão europeu, manteve-se na categoria “Sim, em parte sim” para ambos os anos. Este posicionamento evidencia provável coexistência de identidade nacional e identidade europeia no quadro de referências dos próprio indivíduos.

Bibliografia

- Agirdag, Orhan, Huyst, Petra & Houte, Mieke van (2012). Determinants of the formation of a European Identity among Children: individual and school-level influences. *Journal of Common Market Studies*, 50 (2), pp. 198-213.
- Anderson, Christopher J. (1998). When in Doubt, Use Proxies: Attitudes toward Domestic Politics and Support for European Integration. *Comparative Political Studies*, 31, pp. 569-601.
- Balestrini, Pierre P. (2012). How Citizens' Education, Occupation, Personal Economic Expectations and National Identity Interact with One Another to Sway Public Opinion on the EU. *Swiss Political Science Review*, 18 (3), pp. 1-14.
- Boehnke, Klaus & Fuss, Daniel (2008). What Part Does Europe Play in the Identity Building of Young European Adults?. *Perspectives on European Politics and Society*, , 9 (4), pp. 446-479.
- Bruter, Michael (2003). Winning hearts and minds for Europe The impact of News and Symbols on Civic and Cultural European Identity. *Comparative Political Studies*, 36 (10), pp. 1148-1179.
- Calhoun, Craig (1993). Civil Society and the Public Sphere. *Public Culture*, 5, 267-280.
- Caporaso, James A. & Kim, Min-hyung (2008). The dual nature of European identity: subjective awareness and coherence. *Journal of European Public Policy*, 16 (1), PP. 19-42.
- Castiglione, Dario (2009). Political identity in a community of strangers in Jeffrey T. Checkel e Peter J. Katzenstein (eds.) (2009), *European Identity*: 29-51. Cambridge: University Press.
- Checkel, Jeffrey T. (2001). Why Comply? Social Learning and European Identity Change. *International Organization*, 55 (3), pp 553-588.
- Checkel, Jeffrey T. & Katzenstein, Peter J. (2009). *European Identity*. Cambridge, University Press.
- Citrin, Jack & Sides, John (2004). More than Nationals: How identity choice matters in the new Europe in Richard K Hermann, Thomas Risse and Marilyn B. Brewer, *Transnational Identities Becoming European in the EU*. Oxford: Rowman & Littlefield.
- Deutsch, K. (1957). *Political Community and the North Atlantic Area*. Princeton, University Press.
- Direção Geral da Comunicação Unidade do Acompanhamento da opinião pública (2012). *Pesquisa documental sobre as eleições europeias de 2009*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Eichenberg, Richard C. & Dalton, Russel J. (1993). Europeans and the European Community: the dynamics of public support for European integration. *International Organization*, 47 (4), pp 507-534.
- Fligstein, Neil (2009). *Euroclash: The EU, European Identity and the Future of Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Fligstein, Neil, Polyakova, Alina & Sandholtz, Wayne (2012). European Integration, Nationalism and European Identity. *Journal of Common Market Studies*, 50 (S1), pp. 106-122.

- Follesdal, Andreas (2006). The legitimacy deficits of the European Union. *The Journal of Political Philosophy*, 14 (4), pp. 441-468.
- Garib, Geetha (2011). Why Do We Feel European? Social Mechanisms of European Identity. *Journal of Identity and Migration Studies*, 5 (2), pp. 108-124.
- Hobolt, Sara Binzer (2012). Citizen Satisfaction with Democracy in the European Union. *Journal of Common Market Studies*, 50 (S1), pp. 88-105.
- Inglehart, Ronald (1970). Cognitive Mobilization and European Identity. *Comparative Politics*, 3 (1), PP. 45-70.
- Inglehart, Ronald, Rabier, Jacques-René & Reif, Karlheinz (2014). The evolution of public attitudes toward European integration: 1970-1986. *Journal of European Integration*, 10 (2), pp. 135-155
- Jacobs, Dirk & Maier, Robert (1998). "European Identity: construct, fact and fiction" em M. Gastelaars & A. De Ruijter (eds.) *A United Europe. The quest for a multifaceted Identity*. Maastricht: Shaker.
- Janoschka, Michael (2011). Between mobility and mobilization – lifestyle migration and the practice of European identity in political struggles. *The Sociological Review*, 58 (2), pp. 270-290.
- Keating, Avril (2009). Education Europe's citizens: moving from national to post-national models of education for European citizenship. *Citizenship Studies*, 13 (2), pp. 135-151.
- King, Russel & Ruiz-Gelices, Enric (2003). International Student Migration and the European 'Year Abroad': effects on European identity and subsequent migration behaviour. *International Journal of Population Geography*, 9, pp. 229-252.
- Kuhn, Theresa (2012). Why Educational Exchange Programmes Miss Their Mark: Cross-Border Mobility, Education and European Identity. *Journal of Common Market Studies*, 50 (6), pp. 994-1010.
- Lobo, Marina Costa, Ferreira, Vítor Sérgio & Rowland, Jussara (2015). *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada*. Arquivo Português de Informação Social, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Lord, Christopher & Beetham, David (2001). Legitimizing the EU: is there a 'Post-parliamentary Basis' for its legitimation?. *Journal of Common Market Studies*, 39 (3), pp. 443-462.
- Marsh, David (1971). Political Socialization: the implicit assumptions questioned. *British Journal of Political Science*, 1 (4), pp. 453-465
- Mayer, Franz C. & Palmowski, Jan (2004). European Identities and the EU – The Ties that bind the Peoples of Europe. *JCMS*, 42 (3), pp. 573-598.
- Medrano, Juan Díez (2008). The public sphere and the European Union's political identity in Jeffrey T. Checkel e Peter J. Katzenstein (eds.) (2009), *European Identity*: 81-107. Cambridge: University Press.
- Medrano, Juan Díez & Gutiérrez, Paula (2010). Nested identities: national and European identity in Spain. *Ethnic and Racial Studies*, 24 (5), pp. 753-778.
- Meeus, Wim *et al.* (2010). On the progression and stability of adolescent identity formation: a five-wave longitudinal study in early-to-middle and middle-to-late adolescence. *Child Development*, 81 (5), pp. 1565-1581.

- Nancy, Jacques (2012). Pesquisa documental sobre as eleições europeias de 2009 Abstenção e comportamentos eleitorais nas eleições europeias de 2009, data de edição 13.11.2012, consultado a 25.01.2018.
- Nicolaidis, Kalypso (2014). The new constitution as european “demoi-crazy”?. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 7 (1), pp. 76-93.
- Papacostas, Antonis (2012). “Eurobarometer 73.4 - Variable Report”, consultado a 25.03.2018 Disponível em <https://dbk.gesis.org/dbksearch/sdesc2.asp?no=5234&db=e&doi=10.4232/1.11479>.
- Philippou, Stavroula, Keating, Avril & Orloff, Debora Hinderliter (2009). Citizenship education curricula: comparing the multiple meanings of supra-national citizenship in Europe and beyond. *Journal of Curriculum Studies*, 41 (2), pp. 291-299.
- PORDATA. Consultado a 28 de Janeiro de 2018 em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Eleitores+residentes+em+Portugal+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+o+Parlamento+Europeu+total++votantes+e+absten%C3%A7%C3%A3o-2198>.
- Quintelier, Ellen, Verhaegen, Soetkin & Hooghe, Marc (2014). The intergenerational transmission of European identity: the role of gender and discussion with families. *The Journal of Common Market Studies*, 52 (5), pp. 1103-1119.
- Recchi, Ettore (2014). Pathways to European Identity formation: a tale of two models. *Innovation: the European Journal of Social Science Research*, 12 (47), pp. 1-15.
- Ribeiro, Rita Maria Gonçalves (2011), *A Europa na Identidade Nacional*. Tese de doutoramento em Sociologia, Área de Conhecimento em Sociologia e Metodologias Fundamentais, Universidade do Minho.
- Ribeiro, Rita, Khan, Sheila & Sousa, Vítor de (orgs.) (2015), Livro de Resumos da Conferência “A Europa no Mundo e o Mundo na Europa. Crise e Identidade”, realizadas no âmbito do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e do Nova Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais Universidade do Minho Campus de Gualtar, Universidade do Minho, 18 e 19 de Junho de 2015, Braga.
- Risse, Thomas (2003). European Institutions and Identity Change: What have we learned?. *Centre for Transatlantic Foreign and Security Policy*, pp. 1-28, Universitat Berlin.
- Roeder, Antje (2011). Does Mobility Matter for Attitudes to Europe? A Multi-Level Analysis of Immigrants’ Attitudes to European Unification. *Political Studies*, 59, pp. 458-471
- Sassatelli, Monica (2010). European Identity between Flows and Places: Insights from Emerging European Landscape Policies. *Sociology*, 44 (1), pp. 67-83.
- Schilde, Kaija E. (2014). Who are the Europeans? European Identity Outside of European Integration. *Journal of Common Market Studies*, 52 (3), pp. 650-667.
- Schlenker, Andrea (2015). Supranational, Intergovernmental or Democratic Legitimacy? Citizens’ Evaluations of the EU. *European Politics and Society*, 16 (4), pp. 581-597.
- Scheuer, Angelika (1995), “A Political Community?”, in Hermann Schmitt e Jacques Thomassen (2007) (orgs.), *Political Representation and Legitimacy in the European Union* (1ª edição), pp 25-46.
- Sem Autor (2017). EUROBAROMETER 87.3, consultado a 25.05.2018. Disponível em <https://dbk.gesis.org/dbksearch/sdesc2.asp?no=6863&db=e&doi=10.4232/1.12847>.

- Sigalas, Emmanuel (2010). Cross-border mobility and European identity: The effectiveness of intergroup contact during the ERASMUS year abroad. *European Union Politics*, 11 (2), pp. 241-265.
- Smith, Anthony D. (1992). National Identity and the Idea of European Identity. *Royal Institute of International Affairs*, 68 (1), pp. 55-76.
- Strath, Bo (2002). A European Identity To The Historical Limits of a Concept. *European Journal of Social Theory*, 5 (4), pp. 387-401.
- Valente, Isabel Maria Freitas & Cunha, Alice (2014). O voto jovem e as eleições para o Parlamento Europeu. *Centro de Informação Europe Direct de Aveiro, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX*, pp. 65-81.
- Verhaegen, Soetkin & Hooghe, Marc (2015). Does more knowledge about the European Union lead to a stronger European identity? A comparative analysis among adolescents in 21 European member states. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 28 (2), pp. 1-20.
- Walkenhorst, Heiko (2008). Constructing the European Identity – Trap or Gap? European Integration between community-building and path-dependency. *Limerick Papers in Politics and Public Administration*, 1, pp. 1-26.
- Wilson, Iain (2011). What Should We Expect of ‘Erasmus Generations’?. *Journal of Common Market Studies*, 49 (5), pp. 1113-1140.